ALFAMA FOODS BRASIL S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em dezembro de 2025 e 2024

ALFAMA FOODS BRASIL S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Tel.: + 55 21 2210 5166
Fax: + 55 21 2224 5285
www.bdo.com.br

Rua Barão de Tefé, 27
9° andar, Saúde, Rio de Janeiro, RJ
Brasil 20220-460

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Alfama Foods Brasil S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfama Foods Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Alfama Foods Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Limitação nos saldos de abertura

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós, tampouco, por outros auditores independentes, e consequentemente não emitimos opinião sobre elas. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2025, conforme determina a NBC TA 510 – Trabalhos iniciais, saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Investimentos não auditado

Conforme Nota Explicativa nº 8, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía registrado na Rubrica "Investimentos", cotas do Alfa Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada no montante de R$ 27.249.696. Esses investimentos foram valorizados com base no valor da cota do fundo nessa data, disponibilizado pelo seu administrador. Até a data de emissão deste relatório, não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem comprovar a posição patrimonial e financeira do fundo em 31 de dezembro de 2025, em virtude de não terem completado o primeiro exercício social. Como não tivemos acesso a nenhuma outra informação do fundo investido, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações financeiras do fundo investido e consequentemente nas demonstrações financeiras da Alfama Foods Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Salientamos ainda que não foram apresentadas as demonstrações consolidadas em 31 de dezembro de 2025, conforme determina o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. Desta forma, os possíveis efeitos da consolidação não efetuada não puderam ser determinados.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Ausência de estudo de recuperabilidade dos Ativos (impairment)

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado na Rubrica "Imobilizado", no ativo não circulante, o montante de R$ 29.365.455, líquidos da depreciação acumulada. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos as entidades são obrigadas a realizar o estudo de avaliação de recuperabilidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de assegurar que os citados estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecer um ajuste para perdas por desvalorização. No entanto, a Companhia não procedeu a citada análise de recuperabilidade dos bens que compõem o ativo imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível determinar, ainda que por meio de outros procedimentos de auditoria, os possíveis efeitos que possam advir no ativo imobilizado, no patrimônio líquido e no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2025, caso uma provisão sobre os referidos ativos tivesse sido constituída.

Aumento de capital social

Durante o exercício de 2025, a controladora Alfama Global Foods realizou um aumento de capital social no montante de R$ 27.249.696 através de cotas do Alfa Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada. Não nos foram disponibilizadas evidências apropriadas e suficientes que suportassem o aumento, laudos de avaliação e demais documentos pertinentes. Consequentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir sobre a adequação, existência, mensuração e apresentação no patrimônio líquido da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Patrícia Hanzelmann Quinelatto

Patrícia Hanzelmann Quinelatto
Contadora CRC 1 RJ 090716/O-3

Balanço patrimonial

(Em Reais)

ATIVO	Nota	2025	2024
			Não auditado
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.858.999	22.191.281
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	17.353.881	53.987.553
Estoques	6	4.318.747	16.614.450
Impostos a recuperar	7	6.058.605	3.787.657
Adiantamentos	21	3.004.600	36.968
Despesas Antecipadas		11.250	-
Partes Relacionadas	23	6.947.277	-
Total do Ativo Circulante		75.553.359	96.617.909
Ativo Não Circulante			
Bloqueios Judiciais		116.688	9.986
Outros Créditos a Receber		1.685.501	1.280.649
Investimentos	8	27.591.822	258.606
Imobilizado	9	29.365.455	16.993.126
Intangível		64.096	128.697
Arrendamentos	10	8.483.388	15.368.811
Total do Ativo Não Circulante		67.306.950	34.039.875
Total do Ativo		142.860.309	130.657.784

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2025	2024
			Não auditado
Passivo Circulante			
Fornecedores	11	10.538.276	11.134.666
Empréstimos	12	21.362.068	42.645.062
Obrigações fiscais	13	2.838.693	3.204.086
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	7.894.753	1.971.794
Arrendamentos a pagar	10	1.134.902	1.888.136
Outras obrigações		580.910	21.886
Total do Passivo Circulante		44.349.602	60.865.630
Passivo Não Circulante			
Fornecedores de Longo Prazo	11	32.114	57.114
Empréstimos Longo Prazo	12	52.523.160	33.774.718
Obrigações fiscais de longo prazo	13	8.765.379	9.122.840
Arrendamentos a pagar de longo prazo	10	7.678.363	14.199.093
Total do Passivo Não Circulante		68.999.016	57.153.765
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		31.929.696	4.680.000
Reservas de Lucros		-	7.958.389
Prejuízos acumulados		(2.418.005)	-
Total do Patrimônio Líquido		29.511.691	12.638.389
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		142.860.309	130.657.784

As Notas Explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
			Não auditado
Receita operacional líquida	16	188.102.668	179.665.126
Custo das vendas	17	(156.380.321)	(141.958.094)
Lucro bruto		31.722.347	37.707.032
Despesas comerciais	18	(12.843.799)	(16.011.892)
Despesas gerais e administrativas	18	(9.648.286)	(8.422.257)
Outras receitas/despesas	18	(4.631.179)	(3.426.521)
		(27.123.264)	(27.860.670)
Lucro operacional		4.599.083	9.846.362
Resultado financeiro	19	(18.003.048)	(18.158.588)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.403.965)	(8.312.226)
Imposto de renda e contribuição social	20	-	-
Impostos de Renda e contribuição social diferidos	20	3.027.571	1.994.934
Prejuízo líquido do exercício		(10.376.394)	(6.317.292)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
			Não auditado
Prejuízo líquido do exercício		(10.376.394)	(6.317.292)
Outros componentes do resultado abrangente		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(10.376.394)	(6.317.292)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Capital social	Reserva de Lucros	Prejuízo Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023 – Não auditado	4.680.000	14.275.681	-	18.955.681
Prejuízo líquido do exercício	-		(6.317.292)	(6.317.292)
Reversão de Reserva de Lucros		(6.317.292)	6.317.292	
Em 31 de dezembro de 2024 – Não auditado	4.680.000	7.958.389	-	12.638.389
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(10.376.394)	(10.376.394)
Aumento de capital – Nota 15 (a)	27.249.696	-	-	27.249.696
Reversão de reserva de lucros	-	(7.958.389)	7.958.389	-
Em 31 de dezembro de 2025	31.929.696	-	(2.418.005)	29.511.691

As Notas Explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
(Em Reais)

	2025	2024 Não auditado
Prejuízo líquido do exercício	(10.376.394)	(6.317.292)
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	3.025.845	8.155.781
Juros incorridos	19.772.848	2.432.024
Prejuízo líquido do exercício ajustado	12.422.299	4.270.513
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	36.633.672	(16.395.761)
Estoques	12.295.703	(7.902.264)
Impostos a recuperar	(2.270.948)	(1.967.011)
Outros ativos	(10.437.713)	6.932.665
Fornecedores	(621.390)	(1.156.719)
Obrigações fiscais	(722.854)	996.740
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.922.959	50.839
Outras obrigações	599.024	(9.640.354)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	53.780.752	(24.811.352)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(16.182.170)	(7.676.045)
Baixa do ativo imobilizado	1.547.532	13.116.535
Aquisição de novos investimentos	(27.333.216)	(218.752)
Adição de contrato de arrendamentos	(6.986.647)	(9.442.027)
Encerramento de contrato de arrendamentos	13.173.135	-
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(35.781.366)	(4.220.289)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal	(44.006.295)	
Captação de empréstimos	21.698.895	43.316.192
Adição de contrato de arrendamentos	9.139.294	4.752.919
Pagamentos de arrendamentos	(513.258)	(2.409.690)
Encerramento de contrato de arrendamentos	(15.900.000)	-
Aumento de capital	27.249.696	-
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(2.331.668)	45.659.421
Acréscimo (redução) em caixa e equivalentes de caixa	15.667.718	16.627.780
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.191.281	5.563.501
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37.858.999	22.191.281
Acréscimo (redução) de caixa e equivalente de caixa	15.667.718	16.627.780

As Notas Explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas apresentadas em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações gerais

A ALFAMA FOODS BRASIL S.A. ("Companhia") atua na industrialização e no fornecimento de proteína animal para o mercado de Food Service brasileiro, com foco em produtos processados de alto valor agregado, como carnes cozidas, moídas e porcionadas. Fundada em 2012, a Companhia possui sede em São Paulo/SP e unidades industriais em Cascavel/PR e Louveira/SP, com atuação em todo o território nacional.

A Companhia atende mais de 28 mil clientes ativos por mês, por meio de uma rede com mais de 100 distribuidores especializados, estrutura que proporciona capilaridade comercial, recorrência de receita e estabilidade operacional. Sua capacidade produtiva é superior a 18 mil toneladas por ano, com portfólio Multiproteínas. A composição da receita por origem animal é predominantemente bovina, complementada por proteínas de frango e suína.

O modelo de negócios da Companhia é sustentado por três elementos principais: (i) a liderança no segmento de carnes cozidas; (ii) a estratégia de suprimentos multi-supply, que amplia a competitividade na aquisição de matérias-primas e mitiga riscos de oscilação de preços; e (iii) o elevado nível de serviço logístico que a rede de parceiro proporciona, com entregas eficientes e previsíveis em praticamente todo o território nacional, fator que fortalece a marca a nível nacional. Considerando o estágio atual de crescimento e a estratégia de expansão dos negócios, a Companhia recebe aportes de capital de sua controladora, Alfama Global Foods, para suporte ao capital de giro e à execução dos projetos estratégicos. Nesse contexto, a controladora formalizou seu compromisso de prover suporte financeiro à Companhia, disponibilizando os recursos necessários para assegurar a manutenção das operações, o cumprimento de suas obrigações e a continuidade normal dos negócios.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria Executiva da Companhia em reunião realizada em 08 de julho de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.5.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Continuidade

A Administração da Companhia continua monitorando suas operações e não identificou nenhum evento com indícios de *impairment* e/ou de não realização de seus ativos. Não há indícios que possam gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Entidade. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional.

2.4. Moeda funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão expressas em Reais (R$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando de outra forma indicado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Entidade para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Entidade tenha aplicado o expediente prático, a Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração subsequente

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber com Partes Relacionadas e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores e Outras Contas a Pagar, Empréstimos e Financiamentos.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento. A Entidade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Contas a Receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo montante original da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade. A Entidade concede normalmente prazo de até 30 dias para o recebimento, depois de efetuado o faturamento, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante. Esse prazo é considerado pela administração como parte das condições comerciais inerentes das operações da Entidade, não caracterizando uma operação de financiamento. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

c) Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros gastos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

No caso de produtos industrializados, em processo de elaboração e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

d) Depósitos judiciais

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

e) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Empresa fosse expressa com maior autenticidade. A contrapartida dessas alterações foi registrada na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido e na conta de impostos diferidos no passivo não circulante.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

g) Arrendamentos

A Companhia reconhece os contratos de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. Na data de início do contrato, é reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente às obrigações assumidas.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo e amortizado pelo método linear ao longo do prazo do contrato ou da vida útil do ativo, quando aplicável. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros previstos contratualmente e, posteriormente, atualizado pelos encargos financeiros incorridos e reduzido pelos pagamentos efetuados.

As despesas de amortização do ativo de direito de uso e os encargos financeiros dos passivos de arrendamento são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

h) Redução ao valor recuperável de ativos – "*Impairment*"

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não são relevantes e são revisados quando houver indicação de possível desvalorização.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

i) Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende a carga tributária sobre o lucro corrente.

i. Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

ii. Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, inclusive sobre os Ajustes de Avaliação Patrimonial, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

j) Demais ativos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Obrigações trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Entidade tem por prática reconhecer tal obrigação a curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

l) Provisão para contingências

Constituídas com base no parecer dos assessores legais, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

m) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

n) Reconhecimento de receita e Custos operacionais

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares;

i. Receita de vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Empresa cumpriu as obrigações propostas pelo acordo comercial ao comprador, sendo as empregabilidades, os produtos especificados na quantidade certa e local indicado acordado, até a transferência de propriedade dos produtos;
- A Empresa não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

ii. Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens antes de transferi-los para o cliente.

A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nos contratos que geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, a receita de venda de produtos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas por receitas de juros sobre as aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as tarifas bancárias no curso normal das operações da Entidade.

p) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis requerem a determinação do valor justo tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

3.1. Principais pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

Durante o exercício de 2025 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas a seguir, já vigentes no exercício de 2025:

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2)1 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a Entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a Entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: ▪ Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; ▪ Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra; ▪ Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra; ▪ Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; ▪ Exemplos ilustrativos; Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

Norma ou interpretação	Descrição
Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações financeiras sobre incerteza relacionadas ao clima	Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil. A Entidade não adotou antecipadamente as IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Financeiras.

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos sobre a posição patrimonial e financeira e resultados do Instituto ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Administração não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.	1º de janeiro de 2026
IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.	1º de janeiro de 2026
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes.	1º de janeiro de 2026

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19.	1º de janeiro de 2027

Atualmente, a Administração está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

3.3. Impactos da Reforma Tributária

(a) Reforma tributária do consumo (LC n° 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais substitutos e mudanças

- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e
- Manutenção Restrita do IPI: o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

(b) Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC n° 224/2025)

A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

No contexto das alterações introduzidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025, a Administração avaliou, na data-base de 31 de dezembro de 2025, os possíveis reflexos dessas normas sobre as principais premissas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras e não identificou impactos relevantes sobre as estimativas divulgadas nas notas explicativas relacionadas. A Empresa informa, ainda, que atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para o destaque do IBS e da CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026, mantém controle dos termos de benefícios fiscais para fins de comprovação de onerosidade no ambiente e-CAC e futura elegibilidade ao Fundo de Compensação, bem como reconhece a obrigatoriedade de entrega da DERE.

Adicionalmente, a Empresa não possui ágio por combinação de negócios ou outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas projeções de realização possam ser impactadas por essas alterações legislativas. A Diretoria também não espera mudanças em seu modelo de negócios que demandem revisão na forma de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora considere que poderão ocorrer reflexos na geração de caixa e nos lucros futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024 Não auditado
Depósitos bancários em conta corrente (a)	862.463	646.608
Intermediadores de pagamento (b)	4.526	-
Aplicações de liquidez imediata (c)	36.992.010	21.544.673
Total	37.858.999	22.191.281

a. Depósitos bancários em conta corrente

A Companhia mantém valores depositados em contas correntes bancárias destinados à movimentação operacional diária, abrangendo recebimentos, pagamentos e demais transações financeiras. Os saldos estão registrados pelo valor disponível na data do balanço e conciliados com os respectivos extratos bancários.

b. Intermediadores de pagamento

A Companhia mantém valores depositados junto a intermediadores de pagamento, vinculados a cartões corporativos utilizados para custeio de despesas de viagens e demais gastos operacionais de colaboradores. Os saldos estão registrados pelo valor disponível na data do balanço e conciliados com os respectivos controles financeiros.

c. Aplicações de liquidez imediata

A Companhia mantém aplicações financeiras de liquidez imediata, destinadas à gestão de caixa e otimização dos recursos financeiros. As aplicações estão registradas pelo valor aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

5. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Composição do contas a receber por período de vencimento em 31 de dezembro é conforme segue:

	2025	2024 Não auditado
Clientes Nacionais		
Títulos vencidos	-	-
Títulos a vencer em 30 dias	15.777.785	43.008.429
Títulos a vencer em 60 dias	1.571.289	6.790.697
Títulos a vencer em 90 dias	3.368	2.598.589
Títulos a vencer a mais de 90 dias	1.439	1.589.838
Total	17.353.881	53.987.553

Os valores registrados em clientes a receber referem-se a direitos originados das operações comerciais da Companhia, registrados pelos valores faturados e apresentados de acordo com os saldos realizáveis na data do balanço. A administração realiza acompanhamento periódico da carteira de clientes.

6. Estoques

	2025	2024 Não auditado
Estoque De Mercadoria	171.607	-
Estoque De Matéria Prima	2.172.157	5.454.317
Estoque De Produto Acabado	1.622.263	11.160.133
Outros	352.720	-
Total	4.318.747	16.614.450

Os estoques referem-se a mercadorias destinadas à comercialização e materiais utilizados nas operações da Companhia, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo aos valores de realização. A administração realiza controles periódicos para assegurar a adequada mensuração dos saldos na data do balanço.

7. Impostos a recuperar

	2025	2024 Não auditado
IRPJ - Diferido	3.139.066	1.246.834
CSLL - Diferido	1.883.439	748.100
ICMS	744.539	618.108
PIS	65.995	175.268
COFINS	221.177	874.287
ISS	2.496	2.496
IRPJ - Saldo Negativo	1.893	122.564
Total	6.058.605	3.787.657

Os valores registrados em impostos, taxas e contribuições referem-se, substancialmente, a tributos recuperáveis e créditos tributários diferidos, reconhecidos conforme a expectativa de realização e em conformidade com a legislação vigente, apresentados pelos valores apurados até a data do balanço.

8. Investimentos

	2025	2024 Não auditado
Fundos de Investimentos (a)	27.249.696	-
Consórcios (b)	295.777	226.014
Títulos de Capitalização (c)	46.349	32.592
Total	27.591.822	258.606

a. Fundos de investimentos

A Companhia realizou aumento de capital social mediante emissão de novas ações ordinárias nominativas, integralmente subscritas pela acionista controladora ALFAMA GLOBAL FOODS S.A.R.L., no montante de R$ 27.249.696. A integralização ocorreu mediante conferência de cotas de Fundo de Investimento ALFA REAL ESTATE FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA constituído no Brasil, inscrito no CNPJ nº 64.156.203/0001-54, avaliadas com base em extrato emitido pelo respectivo administrador e/ou custodiante na data-base da operação.

A administração da Companhia aprovou, para fins societários e contábeis, o valor atribuído às cotas do fundo de investimento, registrando no ativo não circulante os direitos correspondentes ao investimento recebido. Na data-base de 31 de dezembro de 2025 o Fundo não teve auditoria em virtude de não ter completado o primeiro exercício social.

b. Consórcios

Os valores registrados em consórcios referem-se a cotas contratadas pela Companhia para aquisição de bens e serviços, registradas pelos valores efetivamente pagos até a data do balanço, conforme condições estabelecidas nos respectivos contratos.

c. Títulos de capitalização

Os valores registrados em títulos de capitalização referem-se a pagamentos realizados pela Companhia junto a instituições financeiras, conforme contratos vigentes, classificados no ativo não circulante em razão da expectativa de realização e recuperação em longo prazo, registrados pelos valores efetivamente desembolsados até a data do balanço.

9. Imobilizado

a. Composição contábil

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
	Não auditado				
Instalações	2.727.710	1.270.768	(1.186.621)	(310.648)	2.501.209
Veículos	5.737	-	-	(2.958)	2.779
Máquinas, aparelhos e equipamentos (*)	11.314.226	11.167.694	(315.773)	(1.501.901)	20.664.246
Equipamentos de informática	135.065	8.117	-	(46.087)	97.095
Móveis e utensílios	203.066	57.228	-	(26.968)	233.326
Benfeitorias prop. terceiros	1.519.458	739.618	(45.138)	(373.747)	1.840.191
Ativo imobilizado em andamento	1.087.864	2.938.745	-	-	4.026.609
Total	16.993.126	16.182.170	(1.547.532)	(2.262.309)	29.365.455

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
	Não auditado				Não auditado
Instalações	1.741.884	1.352.199	(185.495)	(180.878)	2.727.710
Veículos	8.704	5.867	-	(8.834)	5.737
Máquinas, aparelhos e equipamentos	20.456.188	-	(7.022.735)	(2.119.227)	11.314.226
Equipamentos de informática	160.937	71.732	(48.620)	(48.984)	135.065
Móveis e utensílios	150.184	190.469	(103.222)	(34.365)	203.066
Benfeitorias prop.terceiros	374.934	1.163.996	(3.012)	(16.460)	1.519.458
Ativo imobilizado em andamento	-	1.087.864	-	-	1.087.864
Total	22.892.831	3.872.127	(7.363.084)	(2.408.749)	16.993.126

(*) Os investimentos registrados no montante de R$ 11.167.694 referem-se, substancialmente, à implantação da nova indústria de produtos porcionados localizada em Louveira, no valor de R$ 3.437.401, bem como a investimentos realizados na planta industrial de Cascavel para ampliação operacional e inclusão de novos produtos esterilizados.

b. Premissas subjacentes ao reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	10
Equipamentos de Informática	20%	5
Móveis e Utensílios	10%	10
Veículos	20%	5
Benfeitorias prop. terceiros	20%	5
Instalações	10%	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Impairment

No entendimento da Administração, não foram identificadas situações que demandassem o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados no exercício apresentado.

10. Arrendamentos

Ativos de direito de uso

	2025	2024
		Não auditado
Saldo em 1º de janeiro	21.010.027	11.568.000
Encerramento de contratos	(16.858.916)	-
Adição por novos contratos	6.986.647	9.442.027
Saldo em 31 de dezembro	11.137.758	21.010.027
Amortização acumulada em 1º de janeiro	(5.641.216)	-
Despesa de amortização	(698.935)	(5.641.216)
Encerramento de contratos	3.685.781	-
Amortização acumulada em 31 de dezembro	(2.654.370)	(5.641.216)
Total	8.483.388	15.368.811

Passivos de arrendamento

	2025	2024
		Não auditado
Saldo em 1º de janeiro	16.087.229	13.744.000
Adição por novos contratos	9.139.294	4.752.919
Encerramento de contratos	(15.900.000)	-
Pagamentos	(540.000)	(2.514.000)
Atualização a valor presente	26.742	104.310
Saldo em 31 de dezembro	8.813.265	16.087.229
	8.813.265	16.087.229

	2026	2027	2028	2029	2030 +
Locação Cascavel / PR	471.900	474.071	476.252	478.443	79.954
Locação Louveira / SP	663.002	704.817	706.649	708.486	4.049.691
	1.134.902	1.178.888	1.182.901	1.186.929	4.129.645

Nos contratos de arrendamento abertos em 31/12/2025, foi utilizada uma taxa incremental de desconto com base no índice IPCA do período.

No decorrer do exercício de 2025, foram encerrados os contratos das filiais 3 (Balsa Nova-PR) e 4 (Laranjeiras do Sul-PR), em decorrência da descontinuidade de suas operações.

11. Fornecedores

	2025	2024 Não auditado
Títulos vencidos	-	-
Títulos a vencer em 30 dias	9.319.363	9.431.206
Títulos a vencer em 60 dias	296.523	1.570.707
Títulos a vencer em 90 dias	197.754	32.753
Títulos a vencer em 365 dias	724.636	100.000
Títulos a vencer a mais de 365 dias	32.114	57.114
Total	10.570.390	11.191.780

Os valores registrados em fornecedores referem-se a obrigações decorrentes da aquisição de mercadorias, matérias-primas, insumos e serviços necessários às operações da Companhia, reconhecidos pelos valores contratados e apresentados conforme saldos apurados na data do balanço. A administração realiza acompanhamento periódico das obrigações junto aos respectivos fornecedores.

12. Empréstimos

12.1 Curto prazo

	2025	2024 Não auditado
Fomento Mercantil - CP	1.160.000	20.521.804
Duplicatas Descontadas - CP	16.593.197	18.512.315
Banco Sicredi - CP	171.463	167.300
Caixa Econômica - CP	499.999	500.000
Caixa Econômica 2 - CP	2.857.140	2.857.143
Banco Sisprime - CP	80.269	86.500
Total	21.362.068	42.645.062

12.1 Longo prazo

	2025	2024 Não auditado
Banco Sicredi - LP	103.594	280.084
Caixa Econômica - LP	416.669	1.000.000
Caixa Econômica 2 - LP	5.000.005	7.142.857
Banco Sisprime - LP	103.595	151.375
Filadelfia Securitizadora - LP	46.899.297	25.200.402
Total	52.523.160	33.774.718

a. Mercantil

Modalidade	Taxa	2025	2024 Não auditado
Fomentos	3,00% por Op	1.160.000	20.521.804
Total		1.160.000	20.521.804

A Companhia realiza operações de fomento mercantil, por meio da cessão de direitos creditórios oriundos de suas atividades operacionais, com o objetivo de reforço de capital de giro e antecipação de recebíveis. As operações são registradas contabilmente pelo valor efetivamente contratado, sendo reconhecidas as respectivas liquidações e amortizações conforme ocorridas. Os encargos financeiros incidentes sobre as operações são apropriados ao resultado do exercício. Em 2025, ocorreu a liquidação de BRL 19.361.804. A taxa de juros variou de 2,75% a 3,80% por operação, BRL 580.854.

b. Duplicatas descontadas

Modalidade	Taxa	2025	2024 Não auditado
Duplicatas Descontadas	1,80% a 2,30% por Op	16.593.197	18.512.315
Total		16.593.197	18.512.315

A Companhia realiza operações de desconto de duplicatas junto a instituições financeiras (FIDC), com o objetivo de antecipação de recebíveis e reforço de capital de giro.

As operações são reconhecidas contabilmente no momento da formalização dos borderôs, incluindo o reconhecimento dos encargos financeiros incidentes na operação. A baixa dos títulos ocorre quando da liquidação dos recebíveis pelos clientes diretamente às instituições financeiras ou fundos envolvidos na operação.

Nos casos de inadimplência dos clientes junto aos fundos ou instituições financeiras, a Companhia realiza a recompra dos respectivos títulos, assumindo novamente a obrigação financeira relacionada aos valores não liquidados. A taxa de juros em 2025 variou entre 1,80% e 2,30% por operação, BRL 9.920.351.

A Administração entende que os registros contábeis refletem adequadamente a natureza das operações realizadas e acompanha continuamente os riscos envolvidos nas transações de desconto de recebíveis.

c. Empréstimos bancários

Modalidade	Taxa	2025	2024 Não auditado
Banco Sicredi - Capital de giro	CDI + 0,60% (a.m)	275.057	447.384
Caixa Econômica - Capital de giro	CDI + 0,20% (a.m)	916.668	1.500.000
Caixa Econômica 2 - Capital de giro	CDI + 0,21% (a.m)	7.857.145	10.000.000
Banco Sisprime - Capital de giro	CDI + 0,60% (a.m)	183.864	237.875
Filadelfia Securitizadora - CRA	CDI + 5,00% (a.a)	46.899.297	25.200.402
Total		56.132.031	37.385.661

Vencimentos	2025	2024 Não auditado
		37.385.661
2026	15.344.209	
2027	15.195.316	
2028	13.867.682	
2029	11.724.824	
2030+	-	
Total	56.132.031	37.385.661

Descrição	
Saldo em 31 de dezembro de 2024 – Não auditado	37.385.661
Captações	21.698.895
Juros	9.271.642
Pagamentos	(12.224.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	56.132.031

A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, destinadas principalmente ao capital de giro e manutenção das atividades operacionais.

Os empréstimos estão registrados contabilmente pelo valor principal contratado, sendo reconhecidas as respectivas amortizações dos contratos conforme os pagamentos efetuados. Os juros e demais encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os saldos dos empréstimos e financiamentos estão segregados entre circulante e não circulante, de acordo com os respectivos vencimentos contratuais.

A Administração acompanha regularmente as obrigações financeiras assumidas e entende que a Companhia possui capacidade financeira para honrar seus compromissos nas datas acordadas.

Os contratos firmados junto às instituições financeiras possuem condições usuais de mercado, incluindo prazos, garantias e encargos financeiros pactuados entre as partes.

13. Obrigações fiscais

	2025	2024 Não auditado
Parcelamentos estaduais	9.421.596	3.157.646
Parcelamentos federais	874.085	9.122.840
ICMS	860.133	-
Impostos Retidos	305.207	43.582
IRPJ	78.252	-
CSLL	48.605	-
ISS	9.264	2.858
ICMS-ST	6.213	-
Outros	717	-
Total	11.604.072	12.326.926
Obrigações Fiscais CP	2.838.693	3.204.086
Obrigações Fiscais LP	8.765.379	9.122.840

Os valores registrados em obrigações fiscais referem-se a tributos incidentes sobre as operações da Companhia, compreendendo impostos, taxas e contribuições a recolher, bem como parcelamentos de tributos federais e estaduais formalizados junto aos respectivos órgãos competentes. As obrigações estão reconhecidas em conformidade com a legislação vigente.

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2025	2024 Não auditado
Salários e ordenados	318.005	805.331
Encargos Sociais	7.282.890	582.024
Provisões para férias e encargos	293.858	584.439
Total	7.894.753	1.971.794

Os valores registrados em obrigações trabalhistas e previdenciárias referem-se, substancialmente, a salários e ordenados a pagar, encargos sociais, provisões de férias e respectivos encargos incidentes, decorrentes das operações e do quadro funcional da Companhia. As obrigações são reconhecidas em conformidade com o regime de competência, observando a legislação trabalhista e previdenciária vigente.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

Acionistas	Quantidade de Quotas subscritas	Capital Social integralizado
Alfama Global Foods S.A.R.L	31.929.696	31.929.696
	31.929.696	31.929.696

A controladora detém 100% das ações da Alfama Foods. Em 2025, a companhia realizou aumento de capital social mediante emissão de novas ações ordinárias nominativas, integralmente subscritas pela acionista controladora ALFAMA GLOBAL FOODS S.A.R.L., no montante de R$ 27.249.696. A integralização ocorreu mediante conferência de cotas de fundo de investimento constituído no Brasil, inscrito no CNPJ nº 64.156.203/0001-54, avaliadas com base em extrato emitido pelo respectivo administrador e/ou custodiante na data-base da operação.

A administração da Companhia aprovou, para fins societários e contábeis, o valor atribuído às cotas do fundo de investimento, registrando no ativo não circulante os direitos correspondentes ao investimento recebido.

16. Receita operacional líquida

	2025	2024 Não auditado
Revenda de mercadorias	615.662	4.331.838
Venda de produtos	221.462.735	212.574.249
Serviços prestados	304.316	2.069.072
(-) Devoluções/abatimentos	(21.214.640)	(25.251.840)
(-) Impostos sobre vendas	(13.065.405)	(14.058.193)
Total	188.102.668	179.665.126

17. Custos das vendas

	2025	2024 Não auditado
Matéria-Prima/Insumos	(132.615.297)	(107.880.829)
Salários e ordenados	(12.340.950)	(17.048.111)
Serviços de Terceiros	(1.964.699)	(2.888.644)
Depreciação	(1.501.901)	(2.363.024)
Gás, combustíveis e energia	(2.273.134)	(3.075.233)
Manutenções	(1.432.449)	(2.364.626)
Locações de equipamentos	(1.272.072)	(1.334.588)
Amortização de arrendamentos	(507.430)	(1.001.571)
Tratamento de resíduos	(428.990)	(478.176)
Outros Custos	(2.043.399)	(3.523.292)
Total	(156.380.321)	(141.958.094)

18. Despesas e receitas operacionais

	2025	2024 Não auditado
Despesas comerciais		
Despesas com pessoal	(1.516.202)	(1.108.833)
Fretes sobre vendas	(6.312.464)	(7.717.361)
Serviços de terceiros	(2.638.446)	(2.811.518)
Locações	(1.376.513)	(134.338)
Gás, combustíveis e energia	(276.669)	(10.786)
Outras	(723.505)	(4.229.056)
	(12.843.799)	(16.011.892)
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(1.689.184)	(1.830.196)
Serviços de terceiros	(3.793.673)	(4.387.546)
Depreciação	(776.532)	(615.526)
Consultorias/auditorias	(665.701)	(579.044)
Honorários advocatícios	(580.766)	(42.732)
Impostos e taxas	(927.507)	1.933.879
Locações	(156.654)	(805.504)
Outras	(1.058.269)	(2.095.588)
	(9.648.286)	(8.422.257)
Outras Receitas/Despesas		
Outras Despesas*	(3.199.160)	(150.514)
Perdas com venda de imobilizado	(1.192.745)	(2.394.971)
Perdas de estoque	(351.209)	(928.336)
Perdas de recebíveis	(166.301)	-
Outras receitas	278.236	47.300
	(4.631.179)	(3.426.521)
Total	(27.123.264)	(27.860.670)

Em 2025, realocamos as despesas das unidades desativadas, segregando das operações industriais, assegurando a adequada apresentação e análise dos resultados operacionais.

19. Resultado financeiro

	2025	2024 Não auditado
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(4.229.175)	(420.311)
Juros passivos	(21.599.098)	(16.411.444)
Descontos concedidos	(1.142.569)	(2.055.126)
Perdas com aplicações financeiras	(3.012.677)	-
	(29.983.519)	(18.886.881)
Receitas financeiras		
Juros ativos	17.749	39.614
Descontos obtidos	140.683	193.337
Rendimentos de aplicações financeiras	11.822.039	495.342
	11.980.471	728.293
Total	(18.003.048)	(18.158.588)

20. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferido

	2025	2024 Não auditado
Prejuízo fiscal acumulado	20.927.104	-
Prejuízo fiscal do ano	12.614.878	8.312.226
IRPJ e CSLL diferido (15% e 9%)	3.027.571	1.994.934

A Companhia registrou prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, que poderão ser compensados com lucros futuros dentro dos limites legais. Com isso, reconhecemos um ativo fiscal diferido sobre esses saldos acumulados, aplicando as alíquotas de 15% (IRPJ) e 9% (CSLL). Em 31 de dezembro de 2025, esse ativo somava R$ 5.022.505, contra R$ 1.994.934 em 2024.b. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente.

	2025	2024 Não auditado
Resultado Líquido antes do IRPJ e CSLL	(13.403.965)	(8.312.226)
Adições	702.787	-
Exclusões	(80.000)	-
Prejuízo Real	(12.781.178)	(8.312.226)
Compensações de prejuízos fiscais	-	-
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	(12.781.178)	(8.312.226)
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA		
IRPJ 15%	-	-
IRPJ Adicional 10%	-	-
	-	-
(-) Deduções de Incentivos fiscais	-	-
IRPJ devido antes das retenções	-	-
(-) IRRF	-	-
IRPJ a pagar	-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO		
CSLL 9%	-	-
CSLL devido antes das retenções	-	-
(-) CSLL Retido na Fonte	-	-
CSLL a pagar	-	-

21. Adiantamentos a fornecedores

Modalidade	2025	2024 Não auditado
Adiantamentos	3.004.600	36.968
Total	3.004.600	36.968

A rubrica é composta por pagamentos antecipados efetuados a fornecedores vinculados a projetos de investimento da Companhia.

Os valores registrados nessa rubrica são posteriormente baixados mediante o recebimento e registro das respectivas notas fiscais, com a correspondente apropriação às contas patrimoniais ou de resultado aplicáveis.

22. Provisão para contingências

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R$ 5.759.675, sendo R$ 129.805 de causas trabalhistas prováveis. Com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, os processos classificados com risco de perda possível não demandam constituição de provisão contábil, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, sendo apenas divulgados em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2025 não havia nenhuma causa classificada como provável para ser reconhecida no balanço patrimonial.

23. Partes relacionadas - a receber

Modalidade	2025	2024 Não auditado
Alfama Global Foods S.A.R.L	6.947.277	-
Total	6.947.277	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou movimentos financeiros com sua controladora, Alfama Global Foods, registrados como operações entre partes relacionadas.

Após a data-base das demonstrações financeiras, os valores transferidos foram integralmente devolvidos pela controladora. Posteriormente, novas movimentações financeiras entre as partes foram realizadas no curso normal das operações, de forma que, na presente data, a Companhia possui saldo a receber da controladora, registrado na rubrica de partes relacionadas.

24. Eventos subsequentes

No exercício de 2026, a Companhia concluiu a implantação e iniciou as operações de sua nova unidade industrial localizada em Louveira/SP, dedicada à produção da linha de produtos porcionados. O investimento, integra o novo ciclo de expansão da Companhia e marca sua entrada na categoria de carnes in natura de maior valor agregado, complementando o portfólio de produtos cozidos.

A linha de porcionados é composta por cortes bovinos e de frango padronizados em peso e espessura, desenvolvidos para reduzir desperdícios, ampliar a produtividade e assegurar padronização de custo e de qualidade nas operações dos clientes do setor de Food Service. A nova categoria responde a demandas estruturais do mercado de alimentação fora do lar, em especial a escassez de mão de obra qualificada e a crescente pressão por eficiência operacional, e será comercializada por meio da rede de distribuidores da Companhia, em linha com seu modelo de negócios.

Para suportar os investimentos realizados e a necessidade adicional de capital de giro decorrente da expansão das operações, a controladora Alfama Global Foods efetuou aportes financeiros à Companhia ao longo do exercício de 2026.

A Administração avalia que os eventos descritos constituem eventos subsequentes que não requerem ajustes às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, e que reforçam a capacidade de continuidade operacional e a execução da estratégia de crescimento da Companhia.